



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3090 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
MAIO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Bárbara Carvalho

Bárbara Carvalho tem 26 anos, é bolsista de doutoramento em ciências musicais na Universidade Nova e desde junho de 2020 que preside à ABIC. A associação pretende a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e a integração de todos os trabalhadores científicos nas respetivas carreiras profissionais. **págs. 8 e 9**



POLÍTICA

O “companheiro Vasco” nasceu há cem anos

Foi a 3 de maio de 1921 que nasceu Vasco Gonçalves, um dos homens que encabeçou o movimento que derubou o fascismo. Também foi há quase 47 anos que pela primeira e única vez, até à data, os portugueses

apelidaram um primeiro-ministro de companheiro e se assumiram como sua muralha de aço. Com o general à frente do governo, a revolução viu o aprofundamento do processo e das conquistas sociais. **págs. 6 e 7**



Maré humana no 25 de Abril

Sem esquecer os que combateram a ditadura, a revolução de Abril voltou a sair às ruas trazendo consigo a atualidade da luta contra o fascismo e por uma sociedade com valores democráticos e justiça social. As principais cidades do país fizeram parte da celebração com a participação de muitos milhares de pessoas nas concentrações e desfiles. **pág. 12**



Alunos exigem condições

As associações de estudantes das Escolas António Arroio e Camões, em Lisboa, promoveram uma ação de luta para reclamar soluções para diversos problemas nos dois equipamentos educativos. Exigem ainda ao governo que tome medidas para que os dois anos letivos em pandemia não representem “um atraso irreparável”. **pág. 11**



A VOZ DO OPERÁRIO Conceição Matos homenageada

A instituição vai celebrar o seu 183.º aniversário no dia 30 de maio com uma homenagem à resistente antifascista Conceição Matos atribuindo-lhe o título de sócia honorária. **pág. 5**



Moçambique. Paz e soberania

O principal objetivo dos ataques terroristas no nordeste de Cabo Delgado é o de impedir o arranque da exploração do gás natural. A par do auxílio imediato aos deslocados na região, provocados desde 2017 pelo terrorismo, urge uma resposta militar moçambicana, de forma a garantir a segurança das populações e a retoma das atividades económicas. **pág. 14**

Comemoração do 138º aniversário e homenagem a Conceição Matos

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

A Voz do Operário celebrou no passado dia 13 de fevereiro o seu 138º aniversário.

Devido à pandemia, que nessa altura se fez sentir com particular acuidade, não realizámos a habitual sessão solene, embora tenhamos na mesma assinalado a efeméride, numa iniciativa em vídeo conferência, por sinal muito participada, com cerca de quatro centenas de sócios e amigos.

Uma vez que felizmente agora as condições sanitárias o permitem, a Direção d'A Voz do Operário decidiu realizar a sessão solene de comemoração do 138º aniversário da Instituição no próximo dia 30 de maio, às 16 horas.

Tal como é hábito, de há muitos anos a esta parte, a comemoração do aniversário integra a homenagem a uma personalidade de mérito reconhecido, designadamente nas áreas da Cultura, do Desporto ou da Política.

Este ano, a Direção decidiu associar à comemoração do aniversário a homenagem à resistente antifascista Conceição Matos, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português.

Conceição Matos nasceu em São do Pedro Sul, tendo ido aos três anos com a família viver para o Barreiro.

Começou a trabalhar muito nova, logo após terminar a quarta classe, primeiro como costureira e depois como operária em fábricas da região.

Seu pai foi preso pela PIDE quando ela tinha 18 anos. Esse acontecimento foi marcante na sua vida, levando-a a abraçar de forma mais vincada a causa antifascista, iniciando a sua atividade política no MUD-Juvenil. Mais tarde, conheceu aquele que viria a tornar-se seu marido, Domingos Abrantes (também já homenageado pel'A Voz do Operário e seu sócio honorário) tendo aderido ao Partido Comunista Português.

A partir de 1963 dedicou-se inteiramente às tarefas do partido, vivendo com Domingos Abrantes na clandestinidade. As suas funções eram as de distribuir o jornal Avante, escrever materiais de propaganda, vigiar e cuidar das casas onde ela e o seu companheiro moravam.

Em 1965, Conceição Matos e Domingos Abrantes foram presos pela PIDE.

Acusada de desenvolver atividades contra a segurança nacional, ficou proibida de receber visitas durante um mês, de fazer exercícios ao ar livre e os seus direitos foram suspensos. Ficou um ano e meio em prisão preventiva em Caxias.

Durante o período em que esteve presa foi interrogada e torturada na sede da PIDE. Foi submetida à tortura do sono, espancada e proibida de ir à casa de banho.

Na prisão, aprendeu o código de batidas utilizado pelos presos para comunicarem uns com os outros e foi assim que ficou a saber que o seu companheiro ainda estava preso.

Em 1968, foi novamente presa. Foi enviada para a prisão de Caxias e isolada dos outros presos. Voltou a ser torturada, até ser libertada, em meados de 1969.

Conceição Matos e Domingos Abrantes casaram em 1969 na prisão de Peniche (estiveram cinco anos sem se ver).

Após sair da prisão, deu continuidade ao trabalho que realizava na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, até 1973, ano em que Domingos Abrantes foi libertado da prisão e foram para Paris, para prosseguirem o seu trabalho político.

Logo após a Revolução do 25 de Abril regressaram a Lisboa com Álvaro Cunhal, Luís Cília e José Mário Branco, naquele que ficou conhecido como o "avião da liberdade".

Foi homenageada por Zeca Afonso na canção "Na Rua António Maria".

Até aos dias de hoje, Conceição Matos vem desenvolvendo importante atividade política, em prol das causas que desde muito jovem abraçou, na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta por uma sociedade sem exploração, onde se inclui a intensa atividade de esclarecimento e testemunho do que foi o fascismo (designadamente para os jovens, que felizmente não viveram os tempos da opressão) e da necessidade do seu combate, num momento em que cada vez mais, embora com diferentes roupagens, vem surgindo quem pretende fazer constas com o 25 de Abril, repondo os seus antigos privilégios e eliminando as muitas conquistas de Abril que com a luta do povo se vão mantendo.

Com esta muito merecida homenagem, a Voz do Operário assinala o percurso de uma mulher, com uma vida inteiramente dedicada ao ideal da construção de uma sociedade mais justa, desde a resistência antifascista até aos dias de hoje. Um exemplo para todos nós.

EDITORIAL

Maio, maduro Maio

O rio de gente que desaguou na Avenida da Liberdade a 25 de abril para celebrar a revolução não é menosprezável. Sem lugar nos inúmeros programas de televisão e nas colunas de opinião dos jornais, esta é a nossa gente. São trabalhadores, estudantes, mulheres, jovens, reformados e moradores dos subúrbios. São gente sem a qual o país não se move mas que não cabe nos alinhamentos dos telejornais senão quando se lhes aponta o dedo quando se queixam demasiado.

Onde há 47 anos se escreveram as páginas mais bonitas da nossa história, vive um país fétido entre quem governa para os grandes grupos económicos e financeiros e entre os grandes grupos económicos e financeiros que financiam a extrema-direita para que nos governe. É extraordinário perceber que em 47 anos sem ditadura fascista apenas houve um primeiro-ministro que esteve ao lado dos pais e avós desta juventude que cada vez mais sai às ruas para exigir direitos e para denunciar a fascização da direita. Vasco Gonçalves ouvia os trabalhadores, convivía com eles, era produto da luta coletiva fazia avançar o processo revolucionário.

Muitos destes jovens são hoje forçados a abandonar o país para procurar trabalho no estrangeiro. Em Portugal, o caso dos bolseiros de investigação são um exemplo paradigmático da falta de respeito dos sucessivos governos pelo trabalho científico. Mas é uma desvalorização que se estende a todos os setores com o objetivo de precarizar o trabalho e a vida. A receita para esta dor de cabeça é o caminho que gerações e gerações seguiram. Mas basta de analgésicos. Não queremos mais mas também não queremos menos do que aquilo a que temos direito.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária



Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



ESCOLAS



As crianças d'A Voz do Operário discutem e celebram Abril.

25 de abril (relembrar, compreender, valorizar)

O dia da liberdade entrou pelas salas d'A Voz do Operário, em vários formatos, em vários suportes, todos refletiram, todos se manifestaram todos assinalaram a revolta que se sentiu neste 25 de Abril de 1974, todos nós continuamos e continuamos a ser Abril.

Cláudia Pereira, professora

Deixamos o apelo: a escola não serve apenas para transmitir conteúdos curriculares existentes nos manuais, devemos estar lá para que as nossas crianças estejam preparadas para a vida em sociedade, tendo para isso de criar com eles estas conversas e intervenções para que desenvolvam sentido de responsabilidade e para que mantenham um espírito crítico, ativo e reflexivo na nossa vida em democracia.

Por vezes a área curricular de educação para a cidadania é um pouco ignorada pelos (as) profissionais de educação em questões práticas. Alguns professores(as) podem pensar que os assuntos relacionados com a cidadania já fazem parte de uma maneira ou de outra, mesmo sem intencionalidade educativa, da vida das crianças e que, por isso, não é necessário a sua intervenção de forma tão acentuada. No entanto, isto não é verdade e devemos ter presente que é necessária uma intervenção da nossa parte, professores(as) e educadores(as), de modo a que consigamos estimular os(as) nossos(as) alunos(as) para o exercício pleno da cidadania e que esta se torne algo consciente. Deste modo, não nos podemos esquecer que as crianças estão sujeitas não só à escola formal mas também a uma escola paralela, que é o meio sociocultural. A educação deve ter como foco uma formação total da criança, uma educação integral da pessoa humana em que seja possível promover o desenvolvimento da personalidade de uma maneira equilibrada, rica em todo o potencial existente, reforçada por a criação de novas habilidades e suscetível de se adaptar, transformar, melhorar o contacto com novas situações encontradas, es-

colhidas ou sofridas. A educação integral é aquela que se foca numa formação holística das crianças no sentido de também promover a melhoria intencional das faculdades especificamente humanas, tratando-se de uma forma de adaptação social.

Ser cidadão (ã) é perceber que fazemos parte do mundo, ou seja, que as nossas escolhas e posturas perante as situações que a sociedade nos coloca não nos afetam apenas a nós mesmos, mas também a vida de outras

“Ser cidadão (ã) é perceber que fazemos parte do mundo, que as nossas escolhas e posturas perante as situações que a sociedade nos coloca não nos afetam apenas a nós, mas também a vida de outras pessoas, da comunidade.”

pessoas, da comunidade. Ser cidadão (ã) é agir na nossa sociedade pensando criticamente sobre os problemas existentes, é ter uma atitude que tenha em vista a criação de um mundo melhor e por consequência a transformação das coisas. Desta forma, é imprescindível que os (as) alunos (as) tenham conhecimento dos assuntos que implicam a sua relação com a sociedade.

Cada vez mais ouvimos defender uma cidadania “ativa, emancipadora e múltipla”. No entanto, isto exige que

sejam colocadas em prática algumas intervenções, em diversos espaços sociais, que promovam a educação e a formação para tal. Para isso, é necessário envolver pessoas de todas as idades e promover o desenvolvimento de competências essenciais para uma participação ativa na nossa sociedade.

São eles que irão fazer a diferença no futuro, é importante que possam usufruir da sua liberdade e exercer o seu direito de cidadania em pleno e de forma consciente para que a possam manter e continuar a lutar por ela.

Na Avenida da Liberdade

Apesar da prometida chuva, foi o sol que fez questão de marcar presença na tarde em que um verdadeiro rio de gente desceu a Avenida da Liberdade para celebrar a revolução. Se no ano anterior a data ficou marcada pelas restrições impostas por uma pandemia ainda praticamente desconhecida, as milhares de gargantas que cantaram Grândola, Vila Morena em varandas e janelas encheram, este ano, a principal artéria de Lisboa.

Entre sindicatos, organizações, associações e coletividades, A Voz do Operário não foi exceção. A histórica associação, fundada em 1883 e que sempre esteve alinhada com os valores da revolução de Abril, juntou-se à maré humana. Mas a participação no desfile foi apenas mais um contributo que A Voz do Operário deu para a celebração do 25 de Abril.

Nos diferentes espaços educativos, os alunos têm construído ao longo das últimas semanas inúmeras atividades em conjunto com a restante comunidade.

Bento de Jesus Caraça n'A Voz do Operário



Bento Caraça, preso político em 1946 (Arquivo PIDE/DGS - Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

Luís Carvalho, investigador

Passou agora, no dia 18 de Abril, o 120º aniversário do nascimento de uma grande figura da cultura e da resistência antifascista em Portugal: o professor Bento de Jesus Caraça.

Não podíamos nesta ocasião deixar de render homenagem à sua memória e à ligação que ele teve à Voz do Operário, da qual era associado.

Recordamos também sua mulher, Cândida Ribeiro Gaspar, que foi nossa professora.

É aliás curioso como vários destacados resistentes antifascistas foram casados com professoras d'A Voz do Operário. Foi também esse o caso, por exemplo, do sindicalista Mário Castelhana e do professor Cansado Gonçalves.

Museu do Trabalho

Uma iniciativa que A Voz do Operário concretizou em janeiro de 1945 foi a criação do primeiro Museu do Trabalho em Portugal.

Além da exposição propriamente dita, a sua atividade incluiu uma série de conferências culturais em torno do tema do trabalho. Ainda se realizaram várias, até que no dia 5 de Novembro, a ditadura proibiu, já no próprio dia, uma conferência sobre cultura popular que iria ser proferida pelo professor Ferreira de Macedo (o fundador da Universidade Popular Portuguesa). No mesmo 'golpe' foi também proibida a conferência seguinte, prevista para dois dias depois, em que Aquilino Ribeiro falaria sobre "o escritor e a sua época".

Revoltada, e considerando por certo que não havia condições para prosseguir, a direção d'A Voz do Operário decidiu suspender o programa de conferências do Museu do Trabalho. Para o dia 12 desse mês estava prevista uma conferência de Bento Jesus Caraça, com o título "O problema do ensino nos últimos anos".

MUD

É preciso compreender que a ditadura estava num momento de alguma fragilidade. A Segunda Guerra Mundial tinha terminado há poucos meses, com a derrota dos regimes fascistas da Alemanha e da Itália. Salazar sentiu necessidade de vestir a pele de democrata e convocou eleições. Acabaram sendo apenas um simulacro, umas eleições falsificadas a todos os níveis. Mas um abrandamento momentâneo da censura revelou um grande descontentamento popular e um grande apoio à oposição. Nasceu então o MUD (Movimento de Unidade Democrática), em cuja fundação participou Bento Caraça e também o então presidente da direção d'A Voz do Operário, Raul Esteves dos Santos.

A proibição de duas conferências do Museu do Trabalho constituiu uma represália a esse processo.

Mas apesar das dificuldades, e numa situação de semi-legalidade, o MUD continuou por algum tempo. E foi no salão d'A Voz do Operário que um ano depois, a 30 de Novembro de 1946, promoveu uma sessão. Bento de Jesus Caraça, vice-presidente da comissão central do MUD, foi um dos oradores, proferindo um discurso sobre "Aspectos do panorama cultural português".

Preso político

Quando discursou n'A Voz do Operário, nesse dia do Outono de 1946, já estaria fraquejando a saúde a Bento de Jesus Caraça. Veio a falecer um ano e meio depois, com apenas 47 anos de idade. Mas há outro aspeto a salientar na cronologia desse discurso: tinha sido preso pela PIDE no mês anterior e voltou a ser preso no mês seguinte.

Foi preso no dia 13 de Outubro e passou então quatro dias incomunicável numa esquadra. E foi de novo preso no dia 13 de Dezembro, passando uma noite na cadeia do Aljube – no mesmo edifício onde hoje funciona o Museu da Resistência e Liberdade.

Sofreu também outra forma de repressão, que colocou em causa a sua sobrevivência económica: foi demitido do seu lugar de professor do ensino superior. Já tinha acontecido o mesmo, onze anos antes, ao professor Aurélio Quintanilha, na Universidade de Coimbra. E aconteceu a outras mentes brilhantes que o fascismo expulsou das universidades portuguesas, com grave prejuízo para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento neste país.

Funeral

Bento de Jesus Caraça faleceu em 25 de Junho de 1948.

Sob as restrições da censura prévia a que a imprensa era submetida, muita coisa ficou por dizer. Mas A Voz do Operário não deixou de lhe prestar homenagem nesse momento, com uma notícia na primeira página do seu jornal. É um documento histórico, do qual recordamos o seguinte excerto:

«O acontecimento – embora esperado na roda dos seus mais íntimos amigos – impressionou as camadas populares, onde Bento Caraça era querido pelo seu saber e pelo seu belo carácter.

Logo que tivemos conhecimento desta triste notícia, o sr. Raul Esteves dos Santos foi a casa do ilustre extinto apresentar em nome de A Voz do Operário sentidas condolências.

Filho de humildes camponeses alentejanos, a sua carreira é um alto exemplo do valor da sua força de vontade, favorecida por uma grande inteligência.

No seu funeral, que A Voz do Operário realizou, o povo que ele estimou e para o qual vivia, esteve presente acompanhando-o numa comovente atmosfera de respeito.

Acompanhado por milhares de pessoas, o seu corpo coberto com a bandeira de A Voz do Operário, de que era sócio, seguiu até ao cemitério dos Prazeres.

Não houve discursos.»

Centenário

Em 2001, A Voz do Operário teve um papel central nas comemorações do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, organizando uma exposição que esteve patente na sua sede e promovendo uma conferência com o historiador Alberto Pedroso.

ANTIFASCISMO

Conceição Matos homenageada pel'A Voz



Conceição Matos esteve n'A Voz do Operário em conversa com os alunos.

É já no próximo dia 30 de maio que A Voz do Operário celebra o seu 138.º aniversário, que se assinalou a 13 de fevereiro mas que devido à pandemia só agora pode ser motivo da habitual sessão solene. A iniciativa vai decorrer das 14 às 16 horas no salão de festas e vai incluir um espetáculo cultural. Como acontece desde há muitos anos, a comemoração do aniversário da instituição integra a homenagem a uma personalidade de mérito reconhecido em diferentes áreas da sociedade.

Este ano, a direção d'A Voz do Operário decidiu homenagear a resistente antifascista Conceição Matos, atribuindo-lhe o título de sócia honorária, como reconhecimento de uma vida "inteiramente dedicada às

causas dos trabalhadores e do povo português", como referiu Manuel Figueiredo, presidente da sociedade.

Vítor Agostinho, vice-presidente e diretor d'A Voz do Operário, atribuiu a unanimidade da escolha também ao contexto político que se vive, num momento em que recrudescem fenómenos de extrema-direita. "Não podemos esquecer que o fascismo existiu", sublinhou.

Com uma ligação de anos à Voz do Operário, Conceição Matos esteve presente a 28 de abril em duas sessões com alunos dos 4.º, 5.º e 6.º anos sobre a revolução de Abril. Para além da projeção de um filme, as crianças puderam debater e colocar questões à resistente antifascista.

VASCO GONÇALVES

Iniciativas de evocação do centenário de Vasco Gonçalves

Realiza-se no próximo dia 9 de maio n'A Voz do Operário a partir das 15 horas uma iniciativa da Associação Conquistas da Revolução para celebrar o centenário do nascimento de Vasco Gonçalves. Esta é uma das muitas atividades agendadas para este ano em vários pontos do país para lembrar o chefe de vários governos provisórios que aprofundaram o caráter revolucionário do processo. Nascido na Graça, Vasco Gonçalves foi uma das figuras que integraram o movimento militar que derrubou o regime fascista em 25 de abril de 1974 e até ao fim da sua vida nunca deixou de defender a revolução de Abril e o projeto de sociedade que esse acontecimento preconizou. O general Vasco Gonçalves foi uma das figuras homenageadas pel'A Voz do Operário tornando-se sócio honorário por decisão da instituição devido ao seu contributo político e social ao longo da vida.

25 ABRIL

Abril em maio

A Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa anunciou que vai realizar uma iniciativa no dia 15 de maio na Praça Paiva Couceiro. Depois da forte chuva que se fez sentir no dia 24 de abril, as cerca de 30 organizações, entre as quais A Voz do Operário, decidiram adiar a habitual comemoração que se realiza na véspera do aniversário da revolução. O encontro para uma iniciativa fica assim marcado para o meio de maio com um conjunto de espetáculos entre as 16 e as 18 horas com o objetivo de lembrar e defender as conquistas da revolução de Abril.

INSTITUCIONAL

A poster featuring two black and white portraits of women. The text on the poster reads: "138.º ANIVERSÁRIO 1927-2021", "Conceição Matos Sócia Honorária d'A Voz do Operário 2021", "Sessão de atribuição 30 de maio, 14h", and "A VOZ DO OPERÁRIO (lotação limitada mediante inscrição)".

INSTITUCIONAL

A poster featuring a black and white portrait of Vasco Gonçalves. The text on the poster reads: "Associação Conquistas da Revolução", "sessão companheiro vasco", "evocação e homenagem ao General Vasco Gonçalves no centenário do seu nascimento", "Comunicações Música e canções da Revolução Imagens e palavras do Companheiro Vasco", "Voz do Operário, Lisboa Domingo, 9 de Maio de 2021 15h00", and "Lotação limitada mediante inscrição, segundo as necessárias orientações de segurança. Para participar, inscreva-se através do email acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt".

VASCO GONÇALVES



Vasco Gonçalves governou entre 1974 e 1975.

O “companheiro Vasco” nasceu há cem anos

Largos dias têm cem anos. Tantos quanto os que passam desde que nasceu Vasco Gonçalves. Foi há quase 47 anos que pela primeira e única vez, até à data, os portugueses apelidaram um primeiro-ministro de companheiro para serem a sua muralha de aço. Com o general à frente do governo, a revolução viu o aprofundamento do processo e das conquistas sociais.

Bruno Amaral de Carvalho

São 11h45 e ouvem-se explosões junto ao Aeroporto de Lisboa. Dois aviões e quatro helicópteros atacam o Regimento de Artilharia Ligeira (RAL1) com rajadas sucessivas. A trabalhar ali perto, uma mulher agarra no telefone e liga para a cunhada: “Estão a bombardear o RAL1”. Do outro lado da chamada está Margarida Lucas, assessora do chefe do governo. Estamos em 11 de março de 1975 e o primeiro-ministro é o general Vasco Gonçalves. Mal pousa o telefone no descanso, Margarida bate à porta e interrompe a reunião do gabinete para dar a notícia. Alguns dos presentes desatam a correr escadas abaixo e o comandante Henrique Mendonça trata de garantir a segurança do primeiro-ministro.

Passa exatamente um ano e meio do

golpe fascista que levou à morte do presidente Salvador Allende e que esmagou a experiência progressista que durava há mil dias no Chile. Com apenas 32 anos, o jovem comandante não está disposto a deixar que Vasco Gonçalves tenha o mesmo destino que o líder socialista chileno. Com outros membros do gabinete do primeiro-ministro, introduzem o chefe do governo numa viatura rumo ao ponto combinado em caso de situações graves. Margarida Lucas, David Lopes Ramos, assessor de imprensa, e um funcionário que servia águas e cafés nas reuniões ficaram no Palácio de São Bento, cada um com a sua metralhadora à janela enquanto esperavam o pior.

“Nós tínhamos um lugar previamente combinado que era a base naval do Alfeite, em Almada. Isso foi visto entre vários camaradas. Não podíamos deixar que este homem se transformasse num

novo Allende”, recorda Henrique Mendonça. Considerada um bastião de esquerda, a Marinha albergava muitos oficiais de confiança capazes de executar o plano de extrair o primeiro-ministro revolucionário através de um submarino. Quase meio século depois, o antigo membro do gabinete de Vasco Gonçalves recorda que o condutor pôs o pé no acelerador e arrancou a toda a velocidade. “Era o motorista do Marcelo Caetano mas era muito bom”.

Este foi apenas mais um dos muitos episódios tensos de um processo revolucionário que foi constantemente torpedeado com Vasco Gonçalves à cabeça. “O general tinha sempre muita calma e discernimento. Em todos os momentos difíceis soube encarar tudo com tranquilidade. Nunca o vi tomar nenhuma atitude precipitada”, lembra Henrique Mendonça. Assim, o golpe é derrotado. Nessa

mesma tarde, a Emissora Nacional transmite o primeiro comunicado do gabinete de Vasco Gonçalves: “A aliança entre o povo e as forças armadas demonstrará, agora como sempre, que a revolução do PREC é irreversível”.

Abrir as portas da banca ao povo

O caráter revolucionário do processo aprofunda-se e enquanto António de Spínola foge para a Espanha franquista, a partir donde passará a ordenar atentados contra militantes e sedes de esquerda, uma das viaturas do gabinete do primeiro-ministro arranca a toda a velocidade com o primeiro tenente oficial da Marinha, Rosário Dias, porque há informações de que a família Espírito Santo quer abandonar o país e cometer sabotagem económica com os bancos que detém. É o prólogo de uma das mais importantes

decisões do governo de Vasco Gonçalves: a nacionalização da banca.

“Levou um dos carros do gabinete que tinha o porta-bagagens cheio de armas e granadas com o objetivo de dar apoio militar à detenção de vários banqueiros com a participação de membros do sindicato”, descreve Henrique Mendonça. É o corolário de décadas em que os proprietários dos bancos foram cúmplices das políticas de Salazar e Marcelo Caetano enquanto o país morria de fome. Vasco Gonçalves, filho de Victor Gonçalves, conservador e administrador de uma casa de câmbios, abria as pesadas portas metálicas das caixas fortes aos trabalhadores e ao povo.

No dia 14 de março, o governo anuncia a nacionalização da banca. Em entrevista ao *Jornal de Notícias*, o então primeiro-ministro declara que é um dia histórico. “O 14 de março fica gravado na história do nosso povo como uma data que corresponde a um passo muito importante dado na sua libertação, na via do progresso, na via do país dominar os seus próprios recursos”. Questionado sobre o significado desta medida para o povo, responde que significa que “o dinheiro desse mesmo povo, depositado nos bancos, vai deixar de servir para especulações fraudulentas de uma minoria privilegiada, para operações não em benefício de um grupo minoritário, operações essas feitas sobretudo dentro dos seus próprios interesses”. Vasco Gonçalves defende que esta decisão “vai passar a servir as verdadeiras necessidades do povo, no desenvolvimento da agricultura, da indústria, do comércio interno e externo” e que o Estado passar a poder “orientar a política de crédito” e de a orientar “para aqueles setores onde ele é mais necessário, para o desenvolvimento global do nosso país”.

Carlos Carvalho era, então, membro da executiva da Intersindical e tinha a responsabilidade na futura CGTP do setor económico e das empresas que tinham sido nacionalizadas. Dias depois, visitou o primeiro-ministro em São Bento com uma delegação de organizações políticas e sociais para saudar a decisão. “O Vasco Gonçalves tinha excelentes relações com a Intersindical. Tinha um trato muito fácil. Ligava-nos frequentemente. Era extraordinária a empatia que se estabelecia com um primeiro-ministro”, afirma.

A batalha da produção

Já no 1.º de Maio de 1975, Vasco Gonçalves discursa perante centenas de milhares de trabalhadores e aponta caminhos. “Quem é o nosso inimigo principal? O nosso inimigo principal é o fascismo e a reação. Mas, no fundo, temos de discernir, neste momento, quais as brechas, por onde eles podem penetrar. Está em causa, fundamentalmente, a nossa

estrutura económica. Ela está doente, doença que já vem do tempo do fascismo”, explica. Afirma que o estado da economia se agravou devido à “sabotagem económica, à crise do capitalismo e também ao próprio desenvolvimento do processo revolucionário”.

A crise económica é, então, “o obstáculo fundamental a vencer”. Com a noção de que o tempo para superar esse muro é limitado, apela ao esforço da classe trabalhadora para superar esta crise. “Ou recuperamos por nós próprios, com o nosso esforço, ou comprometeremos gravemente a marcha do nosso processo revolucionário, o futuro da nossa Pátria. Estariam à vista o regresso do fascismo, a dependência económica, a perda das liberdades”. E apela à batalha da produção. “A nossa luta é decisiva. Apelo, aqui a todos os trabalhadores, a todos os patriotas, para que se lancem na batalha da produção, de cuja vitória depende o futuro da revolução. A batalha da produção é uma etapa necessária para vencer a crise económica e criar condições para o futuro desenvolvimento da economia, numa via para o socialismo”.

A nacionalização da banca e de outros setores estratégicos da economia teve como consequência a intervenção do Estado em milhares de empresas que estavam nas mãos do setor financeiro. Uma delas foi a Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas que ficaria para a história com o acrónimo Sorefame. Situada na Amadora, era especializada na produção de componentes elétricos e mecânicos pesados. Tornou-se no mais importante construtor de material circulante ferroviário e ainda hoje boa parte das carruagens da CP e do metro de Lisboa carrega a histórica sigla.

Uma quinzena depois, a 16 de maio, Vasco Gonçalves chega à Amadora para participar num plenário de trabalhadores a convite dos operários. Ali, um jovem sindicalista que muitos anos mais tarde estaria à frente das lutas contra o encerramento da empresa já privatizada, assistiu à recepção entusiasta ao primeiro-ministro. Depois de falarem os representantes dos trabalhadores, falou Vasco Gonçalves: “Que mais posso eu vir aqui dizer, do que aquilo que vos disseram os vossos camaradas? Viemos aqui aprender convosco. Isto não são frases literárias o que eu estou aqui a dizer, mas isto é de facto a voz da nossa consciência e do nosso coração. Vós tendes na mão, vós e os outros trabalhadores e aqueles que estão de facto interessados em construir um Portugal democrático, um Portugal que aponte para o socialismo; vós tendes na mão o futuro da nossa pátria. O futuro da nossa pátria sois vós, vós sois a nossa pátria”.

António Tremeço recorda o empenho



de Vasco Gonçalves em reforçar a necessidade de dar força à batalha da produção. “Falava em aumentar a produção e nós até fizemos horas gratuitas cuja verba depois reverteu para organizações sindicais”, descreve. “Necessitamos de realismo económico. Os trabalhadores da Sorefame têm compreendido estas necessidades, e o seu nível de consciência política permite-lhes superar as dificuldades apontadas. É preciso que o seu exemplo, tal como outros exemplos existentes, alastrem a todo o país”, apelou o primeiro-ministro. “Foi inesquecível”, lembra António Tremeço.

O facto é que a Sorefame aumentou a sua capacidade produtiva e tinha, então, cerca de 4 mil trabalhadores. Para os operários, a revolução significou a melhoria das condições de vida. “Ganhávamos dois contos e quinhentos e passámos a receber quatro contos. Pela primeira vez os trabalhadores puderam comprar um carrinho, comprar coisas para a casa”, descreve.

De conspirador a primeiro-ministro

Quando Vasco Gonçalves chega a São Bento para substituir Palma Carlos a 18 de julho de 1974 não teve uma tarefa fácil. Herdou um gabinete praticamente intacto desde que Marcelo Caetano fora derrubado. Henrique Mendonça recorda que a cozinheira era mulher de um PIDE e que Vasco Gonçalves lhe assegurou que nada ia acontecer porque não era

responsável pelas opções do marido que estava preso.

Muitos anos antes, em 1959, ficara ligado à chamada “Conspiração da Sé”, um plano de derrube militar de Salazar que não se chegou a concretizar. Tornou-se engenheiro através da carreira militar e foi professor na Escola do Exército. Depois de combater na Guerra Colonial, aderiu ao movimento dos capitães já coronel e era então o mais alto graduado dos revoltosos. Em 19 de setembro de 1975, foi demitido do cargo de primeiro-ministro quando era o principal rosto do processo revolucionário. A 25 de novembro, a esquerda é derrotada pela contra-revolução. Pelo meio, Vasco Gonçalves, ao lado do setor progressista do MFA, teve de enfrentar, com o apoio dos trabalhadores e do povo, um país a ferro e fogo debaixo de atentados e provocações da direita e da extrema-direita, numa salada política que ia desde o PS, PPD, CDS aos terroristas do MDLP e do ELP, com o apoio ativo de setores da Igreja, de Franco e dos Estados Unidos. Foi então que o povo fez do primeiro-ministro seu para cantar “Força, força, companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço!”

“O futuro com que sonhei não é cada vez mais saudade, é, sim, cada vez mais, necessidade imperiosa. Assim o povo o compreenda”, diria Vasco Gonçalves muitos anos depois para deixar claro que Abril não é passado. É porvir. O “companheiro Vasco” nasceu a 3 de maio de 1921. Faria 100 anos.

BÁRBARA CARVALHO

“A bolsa de investigação não é uma bolsa de estudos”

Bárbara Carvalho tem 26 anos, é bolseira de doutoramento em ciências musicais na Universidade Nova e desde junho de 2020 que preside à ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica. A associação, fundada em 2003, tem como principal objectivo a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e a integração de todos os trabalhadores científicos nas respectivas carreiras profissionais.



“Do bolseiro são esperados os mesmos resultados que de outras pessoas noutras fases das carreiras.”

Rita Morais

Começava por pedir que fizesse um retrato do que é ser bolseiro. Qual é o percurso habitual e o que é que faz no seu dia-a-dia de trabalho?

O bolseiro é, antes de mais, uma pessoa que trabalha. Pensando num percurso hipotético, mas que é habitual: a pessoa faz a sua licenciatura, durante esta tem contacto com a investigação que é feita nas universidades, muitos acabam por fazer estágios curriculares em centros de investigação. Nesta fase pode existir uma categoria de bolsa destinada a licenciandos, que são as bolsas de iniciação científica — cujo salário é abaixo do Salário Mínimo Nacional, em exclusividade. Depois a pessoa faz, eventualmente, o seu mestrado e pode eventualmente trabalhar em investigação ao abrigo de uma bolsa de investigação. Antigamente havia bolsas específicas para fazer o mestrado, à semelhança das bolsas de doutoramento, mas já não existem. E depois faz o seu doutoramento, que pode ser financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), que é a entidade que regula a ciência em Portugal, ou por outras instituições. Acabando o doutoramen-

to, terá depois um percurso em tudo semelhante, mas já com autonomia científica, o que permite coordenar um conjunto de atividades científicas. Este percurso era, até agora, muitas vezes feito de bolsas atrás de bolsas: neste caso de pós doutoramento. Deram-se alguns passos, portanto agora os doutorados já não têm bolsas de investigação mas sim contratos, embora precários, porque são no máximo de 6 anos.

O dia a dia do bolseiro é muito diferente consoante as áreas. Há bolseiros afetos a projetos que requerem trabalho laboratorial e que têm um horário fixo; há doutoramentos em empresas, em que o bolseiro desempenha parte do seu trabalho numa empresa específica; há bolseiros cujo trabalho é mais autónomo e trabalham em diversos espaços.

E o que é que é esperado do bolseiro?

É esperado que publique, que faça comunicação de ciência, que atinja resultados, no fundo o mesmo que é esperado de um doutorado contratado. Evidentemente, salvaguardando que são ainda pessoas em formação e carecem da tal autonomia científica que o doutoramento garante, mas tendo uma tutela e orientação científica, são espe-

rados deles os mesmos resultados que são esperados de outras pessoas noutras fases das carreiras.

A maior parte dos bolseiros concentra-se no ambiente académico e nos centros de investigação associados?

Sim, basicamente. Houve uma alteração que é preciso referir. O bolseiro de investigação, neste momento, tem de estar a fazer formação, portanto, está necessariamente ligado a instituições de ensino superior. Nesse sentido, algumas universidades criaram cursos não conferentes de grau, pós graduações ou cursos com alguns créditos. Há universidades que criaram cursos de assistência à investigação, dos quais as pessoas não precisam porque já têm aquelas ferramentas, mas assim continuam a estar inscritas e continuam a ser bolseiras. A questão da formação é uma falácia na perspetiva daquilo que deveria ser o vínculo, porque a investigação que estas pessoas desempenham não tem de estar necessariamente ligada àquilo que fazem enquanto formandos. No caso dos doutorandos é diferente, porque têm uma bolsa para fazer a sua tese, mas ainda assim, são deles esperados resultados e a sua produção é contabilizada pelas instituições.

Um cenário destes é algo que se concebe para um curto período da vida. Mas há pessoas que desenvolvem uma carreira na investigação científica e que passam anos, às vezes décadas, com bolsas.

Em 2017, quando ocorreram as maiores mobilizações pela contratação de doutorados (Lei 57/2017), houve uma grande transformação. Toda a gente se juntou para uma discussão aprofundada sobre o que é ser bolsista e sobre o que é esta realidade. No quadro dessa discussão houve vários casos que vieram ao de cima. Casos que sempre chegaram à ABIC — temos uma área que é de apoio ao bolsista — muitas vezes muito dramáticos. A grande maioria das pessoas que trabalhava em centros de investigação universitário faziam-no, à data, ao abrigo de bolsas. Havia uma instituição que tinha um jardineiro que era bolsista. Percebemos também que uma equipa para monitorizar o risco de incêndio era composta por bolsistas precários. Havia muita gente que à beira da reforma continuava a ser bolsista. Eram trajetórias de muitos anos, dez e quinze anos na mesma instituição, em que as pessoas desempenhavam as mesmas funções.

A Fenprof fez um inquérito, em 2019, sobre a precariedade na ciência. Até para nós os resultados foram surpreendentes: as taxas de pessoas que manifestavam questões relacionadas com *burnout*, ainda antes da pandemia, era enorme.

Como se traduz essa precariedade?

Não há acesso a subsídio de desemprego, a subsídio de férias, e subsídio de Natal. As bolsas foram aumentadas de há dois anos para cá, mas não eram aumentadas desde 2002, portanto houve uma grande perda de poder de compra. Não há descontos para a reforma — há o seguro social voluntário que, como o nome indica, é voluntário e a FCT só paga o mínimo dos descontos do escalão. Há pessoas que tendo bolsa de investigação, tiveram baixas em casos de doenças prolongadas de 17 euros. Há pessoas que relatam casos de abuso de poder dantescos. São meios muito pequenos e o medo de represálias é muito grande. O Ministério, a FCT e as instituições operam sempre numa política de alta desconfiança para com aquela pessoa. E o Estatuto do Bolsista é um instrumento que permite isso mesmo, permite que legalmente estas pessoas tenham um quadro de precariedade e desproteção total. Temos bolsas de três meses, bolsas de quatro meses, bolsas de um ano e as pessoas estão constantemente à procura de bolsas para se candidatarem para conseguirem sobreviver e no mês seguinte pagarem as suas contas.

Mas acabar com as bolsas é uma proposta viável? Qual é a alternativa?

A carreira de investigação, existe desde 1999. Quando nós dizemos que as bolsas são para acabar e é preciso uma carreira de investigação, nada disto é um sonho impossível. Há pessoas — poucas — que estão na carreira de investigação, sobretudo nos laboratórios do Estado. A carreira está feita, não é preciso inventar nada. Segundo este ministro, as bolsas são o que garante a total liberdade científica, porque não se está afeto a nenhum chefe, o que não é verdade, porque cada vez há menos liberdade científica, seja no financiamento afunilado, seja na própria escolha dos temas a trabalhar. Há outros países onde as bolsas não existem e há contratos: em Espanha os doutorandos têm contratos de trabalho, na Alemanha, na Dinamarca. E depois há a ideia “está em formação, portanto tem que ter uma bolsa”. É falso. A bolsa de investigação não é uma

bolsa de estudos, não serve para a pessoa estar a estudar, é um salário que paga o trabalho daquela pessoa. Os médicos, quando estão no internato, estão em formação e têm, e bem, um salário. A formação, em bom rigor, ocorre ao longo de toda a vida.

E como é que as instituições reagem a essa exigência de integração na carreira?

Há uma vontade de não integração mas há também um desprezo. Há instituições que tinham investigadores que davam aulas há muitos anos, como falsos professores convidados, contratados ao semestre, quando na verdade supriam necessidades permanentes. Algumas dessas aulas nem sequer são pagas porque a pessoa é bolsista e as universidades exigem que as aulas sejam dadas. Mas a própria investigação também é uma necessidade permanente destas instituições.

Porque é que as instituições acabam por ter este papel de confronto com os direitos destes investigadores?

Haverá várias razões. Uma delas é sem dúvida o financiamento. As universidades estão esbaldadas pelo subfinanciamento crónico. Isso não justificará tudo e acho que é mesmo preciso que cada vez mais se fale das relações de poder, que já estão estabelecidas há muitos anos. Com as bolsas e mesmo com os contratos existe um exército de mão de obra altamente qualificada a um custo muito baixo. E agora os doutorados têm contratos, mas estes contratos não são pagos pelas universidades, mas sim pela FCT. O PREVPAP veio mostrar que os Reitores não querem considerar os investigadores como trabalhadores, mesmo com compensação financeira para os seus contratos.

O que também parece é que o bolsista acaba por ter, no mínimo, uma dupla utilidade: faz a investigação relativamente à qual ganhou a bolsa e acaba por desenvolver uma série de trabalho muito útil às instituições.

É isso mesmo, acaba por ser um tarefeiro das instituições, tira fotocópias, dá apoio a conferências e ao mesmo tempo não tem voz nos poderes de decisão. O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior castrou largamente a participação ativa de todas as fações das instituições, desde estudantes a funcionários.

Que repercussões decorrem do facto de o sistema científico estar assente na precariedade destes investigadores?

A alta competitividade, alta precariedade e alta rotatividade como forma de garantir os resultados não garante necessariamente a melhor ciência possível. Nós defendemos um sistema científico onde haja uma ideia a longo prazo, de consolidação de equipas, havendo um sistema científico afeto às universidades, aos laboratórios do Estado e outras instituições, que permita ao investigador ter estabilidade. [O sistema] tem em vista, sobretudo, a questão da quantidade. Isso vê-se, por exemplo, nos relatórios da avaliação, de monitorização. O que conta é o número de artigos indexados nas revistas de topo. E isso não serve muitas áreas que ficam, à partida, excluídas dessa imediatez de resultados. Esta lógica não é a da valorização científica, daquilo que é mais importante cientificamente para determinado momento. E é isto que nós tentamos ativamente combater.

Mesmo que depreciando os resultados?

Não se trata de uma questão de não querer ter os melhores resultados ou os melhores possíveis. Estes investigadores são altamente avaliados em concursos altamente competitivos, passam muitos meses do seu ano a preparar candidaturas. Mesmo analisando por esta perspectiva mais pragmática do tempo de trabalho e dedicação, se não houvesse esta esquizofrenia da alta competitividade, se houvesse de facto uma estabilidade que permitisse uma estratégia a médio e longo prazo, em que as equipas pudessem decidir as candidaturas a fazer com base na maturação científica de determinado projeto e não com base na ausência de financiamento, isso certamente garantiria resultados científicos muito mais interessantes.

Qual é a taxa de desistência na carreira científica?

Esses números não existem propriamente. O que sabemos decorre de um grande trabalho diário e de casos que nos chegam. Posso garantir que no último ano houve um aumento muito grande de pessoas a manifestar a sua vontade de desistência. O inquérito da Fenprof tem alguns dados muito exemplificativos. Por exemplo, a relação desproporcional entre aquilo que é a paixão por aquilo que fazem, que é uma taxa muito elevada, e depois o descontentamento com o vínculo e a desilusão, a falta de perspectiva ou uma falta de esperança. Há muita gente que acaba por emigrar e não numa perspectiva de internacionalização ou de passar um período fora para depois regressar. Muitas vezes não ficam porque é impossível e porque há clivagens muito profundas. Nós sentimo-nos sobretudo desprezados; esta ideia de que estas pessoas não valem nada, nem sequer podem ser consideradas trabalhadoras porque o que fazem só é válido momentaneamente, e acabam de publicar qualquer coisa e já têm de estar a pensar na próxima. É sempre uma bola de neve de horas de trabalho, horários completamente desregulados, muito trabalho ao fim de semana, muito trabalho à noite, muita dificuldade de gestão familiar. Por exemplo, a taxa de maternidade entre mulheres na investigação é muito abaixo da média nacional.

Consegue mapear quais foram as principais vitórias que a ABIC conseguiu nos últimos tempos?

Houve algumas vitórias e tenho a certeza absoluta que só foram possíveis pela mobilização dos investigadores. Houve, desde logo, a questão da contratação de doutorados, o chamado Estímulo ao Emprego Científico, que não previa uma série de coisas que vieram a ser introduzidas por nossa reivindicação. Também o aumento do valor das bolsas foi, ainda que insuficiente, um passo importante. Num plano mais concreto, destacaria a devolução das propinas cobradas indevidamente pela ULisboa aos bolsistas de doutoramento.

É preciso ver se vai ser cumprido o fim das taxas de entrega da tese. É algo que a ser conseguido vai dizer respeito a muita gente. São taxas que, muitas vezes, atingem os 500 euros.

Vai abrir o processo negocial para a discussão da carreira de investigação. Agora é preciso que ela seja aplicada nas instituições públicas. Se esse passo for dado, e acho que é preciso continuar esta pressão, será algo que mudará drasticamente o panorama. Mas nenhum destes passos é dado por vontade própria da tríade Ministério – Instituições – FCT.

LISBOA

Garagem Liz vai ser transformada em hipermercado



O edifício é um dos mais singulares exemplos de arquitectura Art Déco na cidade.

A Avenida Almirante Reis, uma das mais populares e centrais artérias da cidade de Lisboa, vai assistir à instalação de um hipermercado Continente na antiga e histórica Garagem Liz. A proposta da empresa foi aprovada em reunião de câmara com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e contra do PCP e BE.

É já no fim da Avenida Almirante Reis, junto à Rua da Palma, que se ergue um dos edifícios mais singulares da capital. Os terrenos pertenciam à Condessa de Geraz de Lisboa. Segundo o Eco, no final de 1887, foi inaugurado

naqueles terrenos o Teatro Circo Real Coliseu de Lisboa e, em 1917, o edifício foi arrendado à Administração dos Correios e Telégrafos, pode ler-se na página da DGPC. Em 1926, o edifício foi demolido e em 1933, a empresa J. Caldas entregou na câmara o pedido de construção da Garagem Liz. O estilo arquitetónico enquadra-se no Art Déco da época.

O imóvel, com uma área total de 2.546 metros quadrados distribuída por dois andares, vai albergar o hipermercado e o estacionamento, uma proposta que tem

recebido algumas opiniões negativas. É o caso do arquiteto Tiago Mota Saraiva que contesta o plano para aquele espaço. “Isto contraria a ideia da cidade de 15 minutos. A cidade deve ser determinada por aquilo que falta e num raio de 100 metros há várias superfícies parecidas com aquela”, explicou à Voz do Operário. “Estamos a criar uma densidade de supermercados que não serve o interesse público”.

Defende também que tendo havido alteração de uso “fazia todo o sentido que fosse um espaço de cultura”, recordando que ali já esteve um coliseu. Outro dos problemas apontados é o do estacionamento. “Não podes pensar em ciclovias e depois fazes um parque estacionamento e um supermercado”.

Também a vereadora comunista Ana Jara, uma das eleitas da CDU que votou contra a proposta, se mostrou preocupada com as consequências desta decisão. Em declarações ao AbrilAbril, a arquiteta de profissão denunciou que o projeto é omissivo numa série de questões, tanto no impacto que terá do ponto de vista do comércio local e de como se coaduna com a intenção de reduzir o tráfego automóvel e, consequentemente, as emissões de CO2.

Sendo um edifício classificado pela sua singularidade, Ana Jara considerou que se trata de um plano “completamente indiferenciado” e denunciou a inexistência de um relatório prévio para avaliar o atual estado do edifício. Para a vereadora da CDU, este hipermercado representa uma ameaça para o comércio local, já fragilizado pela pandemia.

Já uma fonte da câmara, contactada pelo Eco, referiu que o projeto “permite reabilitar e salvaguardar o património cultural edificado” e que os mais idosos “ficam com uma oferta comercial mais variada e acessível”.

A VOZ do corvo



Venalidade e corrupção...

Vai para algum tempo, na televisão estatal, um arquiteto afamado dizia que havia corrupção nas câmaras municipais do país.

Há bem pouco tempo, no mesmo programa, uma jurista, com responsabilidades antigas na luta contra a corrupção, afirmava que havia corrupção no poder local.

Recentemente, o Presidente da República, em elogio fúnebre a um autarca que trocara altos cargos na

governança nacional pela participação na vida autárquica, colocava em igualdade de importância para o bem-estar das populações tanto o poder central como o poder local.

Estes três depoimentos, dois dos quais negativos e um claramente positivo, enfocando a importância e a ação dos municípios no contexto atual, merecem reflexão por parte de qualquer cidadão.

Comece-se pela distinção que existe entre venalidade e corrupção. Do primeiro dizem os dicionários: “natureza ou qualidade do funcionário público que exige ou aceita vantagens indevidas no exercício do seu cargo”. Do segundo pode ler-se que se trata da apropriação ou do exercício de cargos públicos para benefício próprio.

O primeiro implica a transmissão de meios materiais (dinheiro ou bens) e é fácil de detetar e punir; o segundo é insidioso e esconde-se na carta de recomendação, na “cunha”, na troca de favores que se podem incluir na amizade, em sentimentos de grupo, sejam eles familiares, culturais, religiosos, clu-bistas...ou podem simplesmente alicerçar carreiras, alimentar prestígio ou inchar egos. São corruptos o juiz que elabora uma sentença em função dos clamores públicos ou o funcionário que segue o princípio

do “não te rales, nem te entales” e “chumba” sistematicamente qualquer pretensão, pensando assim que se autopromove.

É um vírus que ataca a administração pública e frequentemente se desenvolve em ambiente Kafkaiano, alimentado por *Pareceres, Informações, Ordens de Serviço, Notas de Serviço, Regulamentos Gerais e Regulamentos Internos, Portarias* e muito mais, contraditório, ambíguo, mutante, que muitas vezes conduz ao Indeferimento e raramente ao Licenciamento, seja de uma atividade económica, seja de uma obra de construção civil.

É grande devorador de tempo este vírus – em muitas Câmaras, sobretudo nas grandes Câmaras, a resposta a uma simples *Informação Prévia* (o documento através do qual um cidadão procura saber o que pode fazer no seu terreno ou na sua casa) demora perto de um ano! Disto se queixa tanto o investidor que pretende construir um grande hotel, como o pequeno ou médio empresário que pretende ampliar ou melhorar a sua oficina.

Muito têm a fazer neste sentido os autarcas que em breve vierem a ser eleitos.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Cidade verde com corredor negro

Há tempos, vi na televisão um vereador da Câmara Municipal de Lisboa anunciar um plano de plantação de muitos milhares de árvores na cidade, tornando-a mais verde.

Medida positiva, particularmente se tiverem em conta as alergias respiratórias e que não sejam espécies cujo enraizamento afete as infraestruturas de subsolo. Será bom termos uma cidade mais verde.

Porém, veio-me à memória uma audição na Assembleia da República quando se discutia qual a opção a tomar entre as localizações de Ota ou Alcochete para o novo aeroporto da região.

Uma das intervenções, de um especialista da área do ambiente, teve por tema o efeito do ruído no organismo humano, mostrando resultados de estudos realizados em centros científicos de várias regiões do planeta.

Os impactos sobre o sistema nervoso, variando com a intensidade e o período de duração ao longo do tempo eram tremendos. Desde as pequenas perturbações até aos graves distúrbios, atingindo a esperança de vida, a escala era grande.

O objetivo desta intervenção era mostrar a necessidade urgente de encerrar o aeroporto da Portela, hoje Humberto Delgado.

Passaram-se vários anos, aumentou o tráfego aéreo sobre a cidade, privatizaram a ANA, o aeroporto de Alcochete ficou congelado e nos últimos tempos procuram impingir-nos o novo aeroporto no Montijo com a manutenção do de Lisboa.

Se quando se realizou a audição a situação era grave, como foi então demonstrado, antes da pandemia, com o aumento do número de aviões a aterrar e o desrespeito dos períodos de encerramento “obrigatório”, como foi divulgado por grupo informais que fizeram o controlo, pode dizer-se que uma parte significativa da população residente passou a ser massacrada.

Curiosamente, ou não, nunca tomamos conhecimento de qualquer intervenção por parte dos que detêm a gestão municipal para o encerramento do aeroporto, praticamente o centro da cidade, visando acabar com o flagelo aeronáutico que hoje afeta milhares de pessoas.

Podem plantar muitas árvores, o que é bom, mas de pouco valerá para os que habitam sob o corredor negro do tráfego aéreo.

Rego Mendes

EDUCAÇÃO



30 associações de estudantes de todo o país subscreveram comunicado de denúncia.

Alunos exigem condições

As associações de estudantes da Escola Artística António Arroio e da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, promoveram uma ação de luta para reclamar soluções para diversos problemas nos dois equipamentos educativos.

“Além da opinião negativa acerca do ensino à distância, que veio agravar desigualdades e impedir a aprendizagem da maioria dos estudantes, os alunos queixam-se da falta de funcionários e a consequente falta de higienização das salas e não funcionamento de serviços essenciais, como bibliotecas, papelarias, cantinas e reprografias”, segundo um comunicado das organizações enviado ao AbrilAbril.

O documento, subscrito por 30 associações de estudantes de todo o país, alerta também para a sobrelotação das turmas, com “origem na falta de professores”, e para a urgência da retirada do amianto das

escolas e realização de obras a fim de se ultrapassarem questões como a falta de aquecimento, roturas nos edifícios e “diversos outros problemas que derradeiramente põe em causa o bem-estar e integridade dos alunos”.

Por outro lado, contestam a “proibição e sabotagem” dos processos eleitorais para as associações de estudantes, e impedimentos na realização de reuniões ou assembleias gerais, por parte das direções das escolas, a pretexto do surto de covid-19.

Os estudantes exigiram ainda ao governo que tome medidas para que os dois anos letivos afectados pandemia não representem “um atraso irreparável” na vida de centenas de milhares de estudantes. Durante vários meses, houve suspensão de períodos letivos e aulas à distância. Os alunos do ensino secundário regressaram às escolas a 19 de abril.

LISBOA

EMEL sobe tarifas de estacionamento

Novas tarifas da EMEL entraram em vigor em abril com um reordenamento das cores do estacionamento em Lisboa. De acordo com o AbrilAbril, as freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior têm agora novas cores, mais caras do que a zona vermelha, mas com as mesmas duas horas de limite de paragem.

Com um custo de três euros por hora, estava previsto que a zona preta chegasse a outras freguesias da cidade, como Santo António, ainda em abril, e Avenidas Novas, Campolide e São Domingos de Benfica, este mês.

O argumento utilizado pela Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL) para a

atualização das tarifas é o da redução da circulação automóvel para “garantir qualidade de vida” a quem reside ou visita Lisboa. Contudo, movimentos de moradores e de utentes de transportes públicos têm reclamado mais investimento na rede de transportes, uma vez que para os representantes destas organizações as tarifas não resolvem o problema.

Segundo o mapa da EMEL, a zona verde custa 80 centimos por hora, enquanto estacionar na amarela pesa 1,20 euros e tem um limite de quatro horas. Já a vermelha (1,60 euros/hora), que até agora era a mais cara, passa a estar no meio da tabela.

25 DE ABRIL

Abril regressa às ruas em força



A revolução de Abril celebrou-se novamente nas ruas de todo o país.

Algures, na avenida, canta Zeca Afonso: “Que venha a brisa lavar-nos a cara. Seremos muitos, seremos alguém”. Apesar da ameaça de chuva, só a brisa quente da primavera marcou presença em Lisboa. E gente, muita gente. Na frente, como há 47 anos, as chaimites abriram caminho ao avanço da multidão.

A revolução de Abril voltou a sair às ruas trazendo consigo a atualidade da luta contra o fascismo e a memória daqueles que desafiaram a ditadura para construir uma sociedade com valores democráticos e justiça social. As principais cidades do país fizeram parte da celebração com a participação de muitos milhares de pessoas nas concentrações e desfiles marcados para a tarde do dia 25.

Alheios às polémicas que povoaram páginas de jornais, a Avenida da Liberdade mostrou que Abril não tem donos mas tem princípios. Apesar da tentativa de alguns partidos de direita de se somarem ao desfile, o que marcou a celebração foi a enorme adesão dos jovens à convocatória. O repúdio à crescente radicalização da direita em Portugal foi bem visível em muitas das pancartas feitas em casa, sobretudo pelos mais novos. A um ano do aniversário da

revolução igualar o tempo vivido em ditadura, são cada vez mais os que questionam determinadas versões oficiais e que atribuem ao fim abrupto do processo revolucionário.

A imensa maré humana que desceu esta artéria de Lisboa fê-lo integrada nas organizações juvenis, em estruturas sindicais, em movimentos e associações, sob o aplauso de milhares que assistiram a partir das laterais e se juntaram às consignas e canções de Abril. Com distanciamento e cumprimento das regras de proteção individual, as máscaras serviram também para evitar o já tradicional pólen mas não abafaram a força das palavras de ordem. “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais” e “Abril de novo com a força do povo” foram algumas das palavras de ordem que voltaram a ouvir-se nas ruas depois de um ano em que a celebração se fez à janela.

Depois desta multitudinária adesão às comemorações, chega agora o 1.º de Maio. Foi a primeira grande mobilização depois da revolução em 1974 e regressa, ano após ano, pela mão da CGTP-IN, para mostrar a força dos trabalhadores e para dar destaque às principais reivindicações de quem vive e trabalha em Portugal.

INSTITUCIONAL



A VOZ dos livros



Antes do Adeus

de Glória Maria Marreiros

A poesia é a arte do silêncio e do recolhimento. Arte pessoalíssima será, onde a verdade do que somos, a busca da plenitude do Ser, melhor se afirmam ou contornam, mesmo nos líricos arrebatamentos da juventude onde um tangível futuro porventura habite.

Na poesia de Glória Maria Marreiros, neste *Antes do Adeus*, essa busca da *persona* e da sua autenticidade é contínua e solar. Logo a abrir o livro, a autora apresenta-se, expõe-se, deixa-nos a sua marca identitária em quadras “ao jeito popular”, glosando os versos iniciais que são, na sua simplicidade, janela aberta para uma confessionalidade activa, que ao longo do livro a autora desenvolverá de modo mais complexo e arguto: *Em Portimão fui gerada/Em Marmeleira nascida/Em Lagos iniciada/Nas coisas boas da vida*. E essas *coisas boas da vida*, transportaram também, como neste livro se verá, alguns percalços, dores, amarguras e muita coragem mas, apesares dos pesares Glória Marreiros não desarmou, não desistiu/desiste de continuar em busca desse húmus, desse insondável mistério de estar vivo e actuar ao lado dos seus companheiros de jornada, afirmando-se determinada no glorioso final do seu Cartão de Apresentação: *Aos cem anos vou chegar/sem estar arrependida/de sempre acreditar/ nas coisas boas da vida*.

E este *acreditar* e suas derivantes semânticas, é verbo que a autora conjuga com sóbria, mas firme convicção, ao longo deste livro e essa determinante ficou registada num poema escrito em 1953, que é também um projecto de vida: *Creio no rapaz que assobia,/metendo as mãos geladas em luvas de castanhas quentes, [...] Creio na vida/mesmo à beira do coval/quando o verme perfura a terra/em busca de alimento/Creio no Homem/total infinito*.

O gosto de viver, de sorver a vida que não se alheia da dura realidade circundante, da atmosfera absurda e violenta que se respirava no país, ateando clarões de esperança nas palavras: *E nós: os que fazemos anos/cantaremos/as derrotas do passado/nas vitórias do futuro e viveremos/anos e anos/no provir/dos anos que hão-de vir/e na beleza/que hoje soubermos construir*.

Ler *Antes do Adeus*, é percorrer um tempo de sobressaltos e resistência, de paixões e júbilo, numa ambivalência que entrelaça os seus determinantes discursivos entre o desespero lúcido dos *Anos de Escuridão* e o lírico solar e festivo de *Anos de Luz*. É um estímulo para a memória de uma geração que viveu um dos mais terríveis períodos da história política do nosso século vinte, que se ergueu e lutou, mas teve, nessas particulares circunstâncias, vivências e percepções singulares que lhes permitiu construir livros assim. Legados ao futuro.

Antes do Adeus, de Glória Maria Marreiros – edição Página a Página.

Domingos Lobo

FUTEBOL



O projeto foi derrotado pela contestação generalizada dos adeptos.

Superliga Europeia. Como o futebol foi raptado pela finança

Atlético de Madrid, Real Madrid, Barcelona, AC Milan, Inter, Juventus, Arsenal, Chelsea, Liverpool, Manchester City, Manchester United e Tottenham foram os clubes que anunciaram a nova competição e que estiveram na mira da revolta dos adeptos.

Rui Vasco Silva

O tema da Superliga Europeia chegou de repente e dominou o debate na última semana de abril. O futebol tem essa capacidade de se impor e o tema, para ser absolutamente franco, parece-me suficientemente importante para que dele se fale e sobre ele se troquem argumentos.

O aparentemente unanimismo em torno da oposição à nova competição e as suas características particulares – a sua natureza internacional e sem ligação às competições nacionais, o facto de ser um clube reservado de emblemas milionários, a origem do seu financiamento no superbanco norte-americano JP Morgan e a linha de argumentação em sua defesa, totalmente centrada na faturação e na necessidade, nunca satisfeita, de mais receitas por parte dos emblemas mais poderosos do futebol mundial – é interessante, mas esconde um enorme edifício de contradições no mundo do desporto, que hoje é um verdadeiro híbrido de características no seio do qual o futebol jogado é cada vez mais um detalhe.

A “Superliga Europeia” é um projecto que se encontra nos antípodas do futebol ligado às comunidades e, em certo sentido, um inimigo mortal do jogo popular, com uma dimensão desportiva e outra recreativa, jogado no campo e disfrutado na bancada, debatido no café, nos postos de trabalho, nas famílias e em todos

os lugares onde se encontrarem dois adeptos do jogo. Mas esta “Superliga” não é separável de involuções que desde meados dos anos 90 se verificaram na estruturação das competições internacionais, nas ligações dos clubes ao sector financeiro e especulativo e, não menos importante, no processo de transformação física e humana das bancadas.

A comparação da “Superliga Europeia” com as competições actualmente existentes parece transformar a actual “Liga dos Campeões” num género de competição popular que não é nem foi. Aliás, o argumento do mérito que parece dividir as águas entre a “Champions League” e a Liga dos 12 é uma fábula, um embuste, uma mentira. É que a transformação da “Taça dos Campeões Europeus” em “Liga dos Campeões” – passando a incluir equipas que não são e em alguns casos nunca foram campeãs nacionais – foi na verdade um corte tão extremo com o passado como será este, caso avance.

O futebol de alto rendimento – desportivo e financeiro – deixou de ter no “mérito” o factor de diferenciação entre projectos desportivos, deixou de ter na representação associativa o seu móbil fundamental e deixou de ter na bancada o seu espaço privilegiado de socialização “do” e “no” jogo. O resultadismo passou a exercer uma pressão insuportável sobre os meios e os fins passaram a justificar toda a sorte de aldrabices. Os maiores clubes são antes de mais veículos para o inves-

timento de capitais cuja proveniência é não raras vezes desconhecida. Os sócios transformaram-se em clientes aos quais é exigido apoio – dentro de apertadas regras de comportamento – e retirado poder.

O tema “Superliga Europeia” veio trazer luz sobre o contexto do jogo, aquele acerca do qual os adeptos pouco ou nada reflectem, imersos que se encontram na adrenalina do resultado, no desinteressante e inconsequente debate acerca do lance polémico e na ambição desmedida de mais um troféu na prateleira. Aproveitemos este curto período de atenção sobre a ganância que domina o jogo para lembrar que esta precede qualquer Liga dos 12, e que mesmo no contexto das provas instituídas e aceites há um sem número de factores que lhes retiram verdade, interesse e, de forma cada vez mais evidente, adeptos.

Em Portugal há uma lei das SAD para rever, com urgência. A lei foi imposta nos anos 90, de cima para baixo. Não era uma reivindicação dos clubes, mas a todos se impôs como parte de um processo de privatização crescente da coisa pública e/ou comum que dominou o neoliberalismo português dos anos 90. Quase um quarto de século depois, os resultados estão à vista: clubes centenários que se viram tomados e outros que, controlando formalmente o seu futebol, estão totalmente dependentes dos seus credores. Adeptos atacados na sua condição de verdadeiros “donos do jogo”, sócios afastados do exercício já não apenas do poder mas também da fiscalização e controlo sobre a gestão do “seu” futebol e provas tomadas por interesses laterais ao jogo, que nele vêem um veículo privilegiado para multiplicar operações financeiras.

António Costa, primeiro-ministro de Portugal, encontrou oportunidade e tempo para se vir manifestar contra a Superliga Europeia. Talvez esse tempo fosse mais bem empregue se o utilizasse para questionar o apagado secretário de estado do desporto acerca da urgente, necessária e justa alteração à pantanosa lei das SAD. O PS deve-o ao país desportivo, já que foi com António Guterres no governo e com Miranda Calha como secretário de estado da tutela que se abriu a porta para os mais obscuros interesses tomarem o futebol associativo e o transformarem numa coisa sua.

MOÇAMBIQUE



Populações deslocadas em Cabo Delgado, em Moçambique.

Moçambique, paz e soberania

Carlos Lopes Pereira

O bárbaro ataque à vila de Palma, em 24 de Março, demonstra «a dimensão do desafio que o país enfrenta na luta contra o terrorismo internacional», afirma o presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi.

Apesar dos focos de instabilidade causados pela violência armada em algumas zonas da província setentrional de Cabo Delgado, o dirigente considera que Moçambique «goza de estabilidade e as instituições estão a funcionar normalmente».

Intervindo, em finais de Abril, em Maputo, numa conferência virtual dos chefes de Estado do Fórum dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Nyusi agradeceu, em nome dos moçambicanos, «o apoio, a assistência humanitária e a solidariedade que o país tem vindo a receber dos parceiros internacionais».

Também presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), o partido da independência, Nyusi já anteriormente, num discurso público, explicara o que se tinha passado em Palma: «Os terroristas irromperam pela vila sede do distrito de Palma com disparos, abrindo fogo contra alvos civis,

alguns dos quais bem seleccionados. Mataram brutalmente, com absoluto desprezo pela vida humana, dezenas de pessoas inocentes que trabalhavam de forma heróica para o bem-estar das suas famílias, outras dezenas de pessoas sofreram ferimentos entre graves e ligeiros.» Acentuara que a «natureza brutal da acção dos terroristas não conhece limites», com os seus ataques contra populações indefesas, incluindo crianças. E falara do drama dos deslocados: «Para fugir da morte, famílias inteiras lançaram-se pelo mato, com os seus filhos menores, percorrendo longas viagens, cuja única certeza era o medo, a sede e a fome. Para fugirem a tamanha crueldade dos terroristas, estas pessoas sobreviveram numa condição que nenhum de nós pode imaginar. Não pode existir barbaridade maior, não é concebível crime maior contra a vida e os direitos humanos», do que os ataques terroristas contra as populações dos distritos da zona norte de Cabo Delgado.

Nyusi não duvida que as acções de terror em Cabo Delgado visam «intimidar» as populações. Mais do que ocupar um espaço geográfico, «os terroristas querem ocupar a nossa alma, roubando a esperança e semeando a discórdia». Avisa que «não escolhemos esta guer-

ra, ela foi-nos imposta» e que, por isso, «não temos outra opção se não trabalhar com determinação para restaurar a ordem e tranquilidade públicas nos distritos afectados.»

Até pela muita atenção que o caso mereceu no plano internacional, o presidente moçambicano lembrou também que a capital do distrito de Palma e a península adjacente de Afungi ficam nas proximidades das jazidas de gás natural e que é nessa região que se estão a lançar as bases para exploração desse recurso tão importante para a economia moçambicana. A vila serve de base para às obras de construção e fornece apoio logístico aos trabalhos em curso em Afungi. Palma registou, nos últimos anos, uma rápida evolução em termos de infra-estruturas, que incluem hotéis, bancos e empresas de prestação de serviços. A península de Afungi está, igualmente, a ser objecto de construções diversas como acampamentos e zonas residenciais com as estradas de acesso e um aeródromo autónomo.

Um dos projectos de exploração de gás natural *offshore* na costa moçambicana é liderado pela multinacional francesa Total, estando o início de produção previsto para 2024. A companhia, devido à situação de insegurança

na zona, depois do ataque a Palma, decidiu suspender as suas actividades.

Desenvolvimento soberano

Não ignorando causas económicas, sociais, culturais ou religiosas apontadas por numerosos estudos efectuados, restam poucas dúvidas de que o principal objectivo dos ataques terroristas no nordeste de Cabo Delgado é o de impedir o arranque da exploração do gás natural, cujas receitas poderão ser um contributo importante para o desenvolvimento de Moçambique.

Hoje, a par do auxílio humanitário imediato aos mais de 700 mil deslocados na região, provocados desde 2017 pelo terrorismo, coloca-se de forma premente a questão da resposta militar moçambicana aos ataques, de forma a garantir a segurança das populações e a retoma das actividades económicas.

Sofrendo grandes pressões no sentido de aceitar «ajudas» militares de diversas latitudes, o Governo de Maputo já avisou – pela voz do presidente da República – que «os que chegarem de fora não virão para nos substituir, virão para nos apoiar, não se trata de um discurso vazio, trata-se de sentido de soberania, trata-se de saber que nenhuma guerra é vencida se não for clara desde o início».

Também o secretário-geral da FRELIMO, Roque Silva, admitiu o apoio militar estrangeiro nas áreas da formação e logística mas sem tropas no terreno. Em declarações aos jornalistas, em 20 de Abril, no final de uma visita a Pemba, capital provincial de Cabo Delgado, o responsável partidário deu o exemplo do Afeganistão, onde apesar da presença de tropas estrangeiras, «americanas e outras», a guerra «não termina». Lembrou a Líbia e enfatizou que, mesmo em Moçambique, «durante a guerra que nos foi movida pela Renamo, tivemos aqui tropas zimbabueanas e tanzanianas e não foram essas tropas que acabaram com a guerra».

Moçambique tem, pois, procurado encontrar soluções sobretudo no quadro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), privilegiando a melhoria da preparação dos seus militares e o reforço e a modernização do armamento e da logística das suas Forças de Defesa e Segurança, de modo a derrotar o terrorismo e a criar condições para, em paz, prosseguir o desenvolvimento soberano do país, em benefício de todo o povo.

Nesse sentido, tem havido reuniões e diligências diversas, ao mais alto nível, entre Moçambique e os seus principais parceiros regionais – África do Sul, Zimbabwe, Botswana, Tanzânia, Malawi, entre outros países –, preocupados com a possibilidade do alastrar do terrorismo pela África Austral.

DIREITO À CULTURA

Um ano depois é mais difícil imaginar o fim da precariedade do que o fim da cultura



Mais de um ano depois do início da pandemia provocada pela Covid-19, a atividade cultural volta a abrir. Poucos setores foram tão severamente prejudicados por uma paragem prolongada pela incapacidade de resposta governamental, pelas hesitações incompetentes do Ministério da Cultura e, sobretudo, pela relativização do papel da Cultura na vida dos cidadãos e das comunidades. A ideia do perigo de abrir a atividade cultural suplantou a de que a Cultura é um bem-essencial. Assim, encerrar uma sala de espetáculos ou um

museu tornou-se mais importante como medida preventiva, do que buscar rápida, ativa e empenhadamente uma estratégia séria para a aquisição de materiais de proteção e reforço de pessoal capaz de assegurar o cumprimento de medidas de segurança.

Pouco antes do verão de 2020, o governo português preferiu responder ao medo dos promotores privados de espetáculos, que manifestaram mais preocupações económicas, de lucro cessante, do que preocupações de manutenção da atividade, com o devido reforço de

recursos, reclamados pelos trabalhadores da cultura. O negócio do entretenimento teve mais peso nas decisões do governo do que a necessidade de garantir o acesso de todos a um conjunto de atividades essenciais para a sua formação e para a sua emancipação, agravando o fosso da desigualdade social. Se para uma parte da população a ausência de atividade cultural poderia ser substituída por entretenimento caseiro, para outra parte, bem significativa, isso traduziu-se em ficar sem qualquer acesso às artes e espetáculos.

Para disfarçar esta política de desvalorização da cultura enquanto bem-essencial, o governo, através do Ministério da Cultura, decidiu criar tardiamente um conjunto de mecanismos de apoio aos trabalhadores da cultura, que se revelou manifestamente insuficiente, acabando até por não abranger todos os que se viram privados de exercer a sua atividade e trabalho e, por conseguinte, de ter os mínimos meios de sobrevivência. Pressionado por sindicatos e associações do setor cultural, o governo viu-se obrigado a acelerar a aprovação do Estatuto do Trabalhador da Cultura, que chegou no final deste mês de Abril, precisamente um ano depois do primeiro encerramento de salas de espetáculos, museus e outras iniciativas culturais por todo o território nacional. Apesar da demora, a Ministra Graça Fonseca, admite que este ainda poderá vir a sofrer alterações. Este estatuto aparece ensombrado pela sua extemporaneidade e pela sua precariedade. Vem muito tarde e não vem bem.

Nas próximas semanas iremos perceber o verdadeiro impacto que a suspensão do acesso e do trabalho na cultura teve no setor; quantos técnicos e artistas resistiram a um ano de paragem e estarão prontos para retomar a sua atividade. Mas, a totalidade do impacto que a perda de acesso à cultura teve no plano das desigualdades, só o conheceremos mais à frente, sabendo, com toda a certeza, que a escassez de um bem-essencial é determinante na capacidade que temos para tomar decisões e para o número de escolhas que poderemos fazer para a satisfação da nossa realização individual e coletiva. E que importante teria sido que nada disto tivesse sido ignorado.

Sugestões culturais

Cineclube de Alvalade Cinema



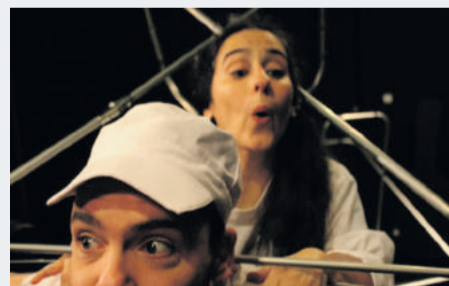
Quando o acesso ao cinema fora dos centros comerciais (e da sua estreita oferta) é marginal, convidamos desta vez à descoberta do Cineclube Alvalade. Sediado no Centro Cívico Edmundo Pedro, o projecto tem o intuito de democratizar a fruição cinematográfica. O cinema português tem primazia na programação e a entrada é gratuita.

Suspension of Disbelief Exposição



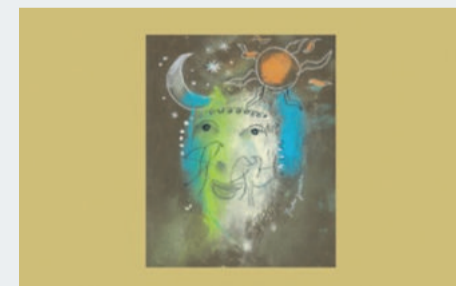
A exposição do ator Ivo Canelas está patente na Galeria Municipal Vieira da Silva, no Parque Adão Barata, em Loures. Trinta fotografias a preto e branco, resultado de quase 20 anos de um trabalho de cariz quase cinematográfico e teatral, bem representativas daquele que é o background do autor. Entrada livre.

Estações Animateatro



O Ano perdeu o Dia, sem ajuda a viagem não será possível! Diana salta para a carruagem e percebe que em cada estação é necessária manutenção. Num só dia ver o ano em ação, de estação em estação. No cinema S. Vicente (Aldeia de Paio Pires, Seixal), esta peça é dedicada à para a primeira infância. Aos domingos de manhã e a entrada é gratuita.

Entre a Lua, o Caos e o Silêncio: a Flor



A maior antologia de poesia angolana reúne o pensamento de poetas desde o século XVII, que são o espelho criativo dos vários aspectos sociológicos de Angola. Cobre desde os poemas orais até aos poetas contemporâneos. A obra foi organizada por Irene Guerra Marques e Carlos Ferreira e apresenta-se numa edição cuidada. Tem a chancela Guerra e Paz.

Há muitas e boas razões para aderir e apoiar A Voz do Operário



Desde que surgiu, em 13 de fevereiro de 1883, A Voz do Operário mantém viva a ligação à cidade e região de Lisboa e às populações. Ao longo da história, a instituição que foi erguida com o esforço coletivo dos trabalhadores nunca abandonou as raízes. Quatro anos depois da fundação do jornal com o mesmo nome por operários tabaqueiros, eram lançadas à terra as sementes deste projeto coletivo. A exigência financeira que implicava a manutenção do jornal levou a que os trabalhadores procurassem formas de garantir a continuidade da publicação.

A Sociedade Cooperativa A Voz do Operário, como começou por se chamar, inscrevia nos seus primeiros

estatutos as metas de estudar as questões do trabalho, estabelecer escolas para instruir a classe trabalhadora. Para tal, os 316 sócios de então comprometiam-se a pagar uma quota semanal de vinte réis, quantia que retiravam dos seus humildes salários.

Da instituição que atravessou três séculos, fizeram parte mulheres e homens que combateram a monarquia, que defenderam os sindicatos durante a convulsão social durante a República, que resistiram ao fascismo e pagaram com a prisão, que levantaram a bandeira da revolução de Abril e que lutam, hoje, por uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados.

Longe de esmorecer, A Voz do Operário constrói-se com as mãos dos que dela fazem parte, sem abdicar dos princípios fundacionais, de olhos postos no futuro. Com espaços educativos na Graça, Ajuda, Restelo, Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro, a maioria das pessoas conhece a instituição pela oferta educativa, pelo seu jornal e pela marcha infantil, mas A Voz do Operário é tudo isso e muito mais.

O Centro de Convívio d'A Voz está aberto durante os dias úteis e contribui para o envelhecimento ativo dos sócios maiores de 55 anos. Esta resposta desenvolve junto dos seus utentes um leque alargado de atividades que, de acordo com os interesses e preferências dos que nelas participam, procuram promover a participação, convivência e integração social, ao mesmo tempo que contribuem para a manutenção das suas capacidades cognitivas e motoras.

Durante a pandemia a instituição esteve na linha da frente reforçando o seu Serviço de Apoio Domiciliário que procura auxiliar as pessoas em situação de dependência na satisfação das suas necessidades básicas. Com anos de experiência, A Voz do Operário presta um conjunto de serviços no domicílio habitual de vida dos utentes, promovendo a continuidade da sua autonomia e prevenindo o agravamento das suas situações de dependência.

O cabeleireiro social e o balneário são outras das valências da instituição que estão disponíveis à comunidade. A Voz do Operário é ainda espaço para inúmeras atividades culturais e desportivas. É uma associação que caminha de pés bem assentes no chão do presente, de olhos postos no futuro, sem nunca esquecer o seu passado. Hoje, como ontem, há muitas e boas razões para abraçar e apoiar este projeto e fazer parte de um imenso coletivo de mulheres e homens determinados a continuar a semear um porvir de justiça social e progresso.

INSTITUCIONAL



Doe 0,5% do IRS à Voz!

Assinale o **campo 11** e preencha com o **NIF 500 259 518**.

Este apoio não tem qualquer custo: a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado.

Ajudar assim não custa



A VOZ DO OPERÁRIO